

## **A MUSEOLOGIA SOCIAL: COMPARTILHANDO O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E O SABER ANCESTRAL DA CULTURA AFRO-RELIGIOSA NOS MUSEUS**

**GABRIELA CAVALHEIRO RODRIGHIERO<sup>1</sup>; DIEGO LEMOS RIBEIRO<sup>2</sup>;**

*<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – gabrielacavalheiro2009@hotmail.com*

*<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – dirmuseologo@yahoo.com.br*

### **1. INTRODUÇÃO**

A ampliação do conceito de patrimônio cultural, em congruência com a emergência da museologia social, possibilita a construção de novas formas de compartilhamento do conhecimento e dos saberes-fazeres em instituições de memória. Este movimento é particularmente alvissareiro quando operado colaborativamente com grupos subalternizados, como membros de grupos afro-brasileiros e povos originários. De acordo com Moutinho (1993, p.7) a museologia social se define como um “esforço de adequação das estruturas museológicas” com a intenção de abarcar as carências contemporâneas. Além disso, a própria UNESCO, na Declaração de Santiago do Chile, em 1972 (2015.PG.7) definia os museus como espaços abertos e inclusivos aos diferentes povos, desempenhando uma importante função social para o desenvolvimento da cidadania, considerando identidades coletivas, inserindo grupos vulneráveis e tornando os museus como espaços de compreensão e abertos ao acesso da cultura para todos.

Considerando o silenciamento da cultura afro-religiosa nas instituições brasileiras, este trabalho busca refletir sobre formas de colaboração entre o conhecimento científico e o saber ancestral nos processos de ativação referentes a cultura afro-religiosa nos museus. Trata-se não apenas de uma reflexão teórica, mas uma tomada de partido que busca trazer os saberes ancestrais do povo negro para o centro do debate museológico e patrimonial, de forma efetivamente colaborativa e intercultural. Desta forma, este trabalho busca apresentar um paralelo entre duas ações com a temática afro-religiosa desenvolvidas em museus: no Museu da República (Rio de Janeiro/RJ), por intermédio de uma gestão compartilhada entre a equipe do Museu e os representantes religiosos para a preservação e curadoria de objetos sagrados; e o Museu do Doce (Pelotas/RS), que aborda a curadoria colaborativa entre a equipe técnica do Museu e uma Yalorixá que participou da concepção da exposição “O Doce e a Oferenda”. Este trabalho traduz um recorte da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural cujo título provisório é “A museologia social e a gestão compartilhada: A cultura afro-religiosa nos museus de Pelotas”.

### **2. METODOLOGIA**

Este estudo está sendo desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, com a utilização de pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica se estrutura com autores que dialogam com o tema da museologia social como Mário Chagas (2021, 2023), Adriana Russi e Regina Abreu (2019) e Moutinho (1993) e autores que versam sobre a representação da cultura afro-brasileira como reparação histórica, sendo os principais Capone e Moraes (2020)

e Raul Lody (2005). No que se refere à pesquisa de campo, a mesma foi realizada por intermédio de visitas técnicas no Museu da República, no Ilê Omulu Oxum e aplicação de entrevistas com representantes da cultura afro-religiosa do Rio de Janeiro e Pelotas, e questionários com perguntas objetivas para coleta de dados.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A museologia social faz emergir novos paradigmas para o campo museológico. Norteada por novos horizontes epistêmicos e práticos, busca-se reparar as ausências ou a baixa aderência de representações culturais no contexto do patrimônio cultural, a exemplo dos povos originários e afro-brasileiros. Na mesma direção, a noção contemporânea de patrimônio cultural atravessa um ponto de virada, que traz à cena posturas críticas sobre a constituição de subalternidades em instituições de memória, o que nos impulsiona a uma profunda revisão epistêmica das práticas museais e patrimoniais. Como resultado, esses espaços passam a operar práticas até então inéditas, como a abertura de coleções e acervos para sua ressignificação por outras epistemes; a inserção de saberes e fazeres etnoculturais periféricos; a colaboração efetiva com as comunidades detentoras dos bens culturais. A portaria nº 375 do IPHAN (2018, p.15), no artigo 65, estabelece que os povos e as comunidades tradicionais de Matriz Africana “têm o direito de definir suas próprias prioridades em processos que envolvam a preservação do seu patrimônio cultural material” nos quais resulta no consentimento livre, prévio e principalmente informado destas comunidades.

Segundo Lody (2005), a concepção do espaço museal tem se ampliado de modo a proporcionar uma compreensão universal pautada pelo diálogo com as diferentes sociedades para respeitar a ética e a cultura de cada indivíduo e, assim, estimar a construção do conhecimento. De acordo com Capone e Morais (2020, p.21), “a preservação dos bens culturais afro-brasileiros passa a ser reivindicada não apenas como um reconhecimento, mas como uma forma de reparação pelos danos sofridos pela população negra devido à escravidão”.

Nesta perspectiva, este trabalho aborda possíveis formas de curadoria compartilhada e colaborativa, de sorte a conjugar nos museus os saberes científico e ancestral, interdisciplinar e interculturalmente, tendo como eixo norteador as comunidades afro-brasileira e religiosa. O primeiro exemplo a ser destacado é a Campanha Liberte nosso Sagrado, desenvolvida no Museu da República do Rio de Janeiro, que busca resgatar os objetos sagrados de cultos afro-religiosos que estavam apreendidos a mais de cem anos na Polícia Civil do Rio de Janeiro, sob a designação de “coleção magia negra”. A realização de pesquisas de campo e visitas técnicas ao Museu da República e ao Ilê Omulu Oxum foram fundamentais para a compreensão das ações desenvolvidas. Mãe Nilce de Iansã — Yalorixá e coordenadora da Campanha Liberte nosso Sagrado, relata:

A luta vem de muito tempo, há mais de trinta, quarenta anos, onde mãe Meninazinha (Yalorixá, fundadora do Ilê Omulu Oxum) ouvia sua avó narrando histórias sobre os objetos que estavam apreendidos na polícia e que tinham que ser retirados de lá (NILCE DE IANSÃ, informação verbal, 2023).

Mãe Meninazinha é a pioneira na luta pela preservação e salvaguarda da cultura afro-religiosa no Brasil. Por meio de uma manifestação popular, agenciada pelos integrantes da Campanha Liberte nosso Sagrado, criou-se mobilizações que contaram com o apoio de representantes dos meios político e jurídico. Estes, de forma participativa, auxiliaram nas medidas a serem tomadas para legitimar os direitos das comunidades afro-religiosas perante aos objetos sagrados que

estavam confiscados na polícia<sup>1</sup>. De acordo com Chagas (2023, informação verbal), após muitos anos de luta por estes objetos, finalmente se conseguiu reassumir os objetos sagrados de forma coletiva entre as comunidades afro-religiosas em suas pluralidades que definiram, em conjunto, que os objetos ficariam sob os cuidados da reserva técnica do Museu da República.

Atualmente, os objetos estão na reserva técnica do museu, nos quais já foram desenvolvidas exposições, a exemplo da exposição “Nosso Sagrado” e eventos de forma virtual e presencial de acordo com o site do Museu. Além disso, os objetos sagrados estão sendo utilizados como instrumento de estudo e pesquisa que são constantemente compartilhados com a comunidade acadêmica, profissionais do museu e a comunidades das religiões de matriz africana. Todos estes acontecimentos contribuíram para a aproximação entre o Museu e as comunidades afro-religiosas, que por intermédio dos objetos sagrados, se desenvolveu ações que promoveram o compartilhamento entre o conhecimento científico e saber ancestral. Desta forma, ambos se correlacionaram e colaboraram para a construção de diálogos e debates sobre os objetos, resultando no desenvolvimento de uma gestão compartilhada e colaborativa entre os profissionais do Museu e as comunidades afro-religiosas. As ações desenvolvidas no Museu da República podem ser consideradas como um exemplo que foi realizado com sucesso onde se construiu uma gestão compartilhada para o museu e os objetos sagrados.

Com relação a Pelotas, a cidade ainda não possui atividades semelhantes a este tipo de gestão compartilhada e colaborativa desenvolvida no Rio de Janeiro, no entanto, podemos destacar algumas ações de compartilhamento de saber ancestral. O Dia do Patrimônio celebrado em 2014, que é um projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal da Cultura (SECULT), apresentou a temática “Herança Cultural Africana” em que os Museus tinham que desenvolver atividades referentes a cultura africana. Neste ano, o Museu do Doce e Museu Parque Baronesa desenvolveram as primeiras atividades com a temática da cultura africana.

Em 2015 o Museu do Doce apresentou a exposição intitulada “O Doce e a Oferenda” tendo como referência o trabalho de conclusão curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Marília Kosby (LEAL, 2021). Nesta exposição, a yalorixá Yá SandraLi atuou por meio de uma curadoria e consultora da exposição, sendo a única líder religiosa em seu segmento da cultura afro-religiosa (LEAL, 2021, CRUZ, 2021, informação verbal) nesta atividade junto com os técnicos e profissionais do museu. Essa curadoria foi de extrema relevância pois promoveu o compartilhamento de ideias e saberes, visto que muitas vezes, a teoria científica não domina e não sabe a maneira do saber fazer a ancestral. Desta forma, “essas práticas se abrem a participação plural de equipes interdisciplinares com representantes de movimentos sociais e remanescentes de povos e culturas que o museu se propõe a estudar e representar” (RUSSI, ABREU, 2019, p. 20-21).

#### **4. CONCLUSÕES**

Este estudo propõe fazer um paralelo e apresentar dois exemplos de instituições e as formas de desenvolver e compartilhar o saber científico e ancestral referentes a cultura-afro-religiosa para a construção de uma gestão compartilhada nos museus da cidade de Pelotas. Evidencia-se com isto, a necessidade de reparação no que concerne a representatividade dos saberes ancestrais do povo

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-caminho-de-exu-da-prisao-ao-museu/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

negro em instituições museológicas e processos patrimoniais, em especial o que tange à cultura afro-religiosa.

Dentro dos dois contextos apresentados, não podemos comparar as ações desenvolvidas em ambos os Museus pois são cenários distintos, mesmo se tratando da cultura afro-religiosa. Isso porque, a gestão compartilhada do Museu da República partiu de uma manifestação popular dos povos da cultura afro-religiosa, enquanto que a curadoria colaborativa do Museu do Doce nasce por meio de uma pesquisa científica sobre a temática com a consultoria de uma Yalorixá para realizar uma exposição. Tais ações reafirmam que alargamento do conceito de patrimônio cultural promove o desenvolvimento de pesquisas científicas por meio de diálogos, debates e narrativas para a preservação e salvaguarda de cultura. Estas atividades, que variam conforme a instituição, a localidade, a necessidade e o contexto político, colaboram para assegurar e legitimar direitos e diretrizes de culturas que antes não eram lembradas tampouco inseridas nos contextos museais, a exemplo da cultura afro-religiosa e suas riquezas culturais de e saberes e fazeres.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPONE, Stefania; MORAIS, Mariana Ramos. AFRO-PATRIMÔNIO NO PLURAL: A MISTURA NO CANDOMBLÉ COMO VALOR EXCEPCIONAL. **Vivência – Revista de Antropologia**. Nº 55, 2020, p.18-35.

CHAGAS, Mário. Museólogo, Professor e Diretor do Museu da República. **Entrevista concedida à Gabriela Cavalheiro Rodrighiero** [De forma presencial, dia 16 de maio de 2023].

CRUZ, Matheus. Museólogo do Museu do Doce. **Entrevista concedida à Gabriela Cavalheiro Rodrighiero** [De forma presencial, dia 13 de março de 2020].

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 375 de 2018**.

LEAL, Noris Pacheco. Professora da Universidade Federal de Pelotas e ex-diretora do Museu do Doce. **Entrevista concedida à Gabriela Cavalheiro Rodrighiero** [De forma virtual, pela Plataforma WebConf/UFPEL, dia 12 de abril 2021].

LODY, Raul. **O negro no museu brasileiro: construindo identidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOUTINHO, Mário Canova. Sobre o conceito de Museologia Social. In: MOUTINHO, Mário (org.). **Cadernos de Sociomuseologia – Centro de Estudos de Sociomuseologia**. Universidade Lusófona, 1993.

NILCE DE IANSÃ. Mãe Nilce Lá Ebe do Ilê Omulú Oxum e participante do movimento Liberte o Nosso Sagrado. **Entrevista concedida à Gabriela Cavalheiro Rodrighiero**. [De forma presencial, dia 15 de maio de 2023].

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. “Museologia colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 17-46, jan./abr. 2019.

UNESCO. **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade**. 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152>.